

Jornal do Psicólogo

ano 24 n°86 jan/mar 2007

COREP tem data marcada em Minas

Arquivo Ascom CRP-MG



Psicólogos participam do V COREP, realizado em maio de 2004, em Jaboticatubas, Minas Gerais

Em 2007, psicólogos de todo o Estado estarão mobilizados para os Eventos Preparatórios e Pré-congressos, que formam as etapas preliminares para o VI Congresso Regional da Psicologia (COREP). O COREP finaliza a etapa regional do VI Congresso Nacional da Psicologia (VI CNP), que acontecerá em Brasília, entre os dias 14 e 17 de junho. O tema escolhido para o evento é "Do discurso do compromisso social à produção de referências para a prática: construindo o projeto coletivo da profissão". Os psicólogos estão todos convidados a apresentar suas propostas, contribuindo para o processo democrático da profissão. Confira a programação completa na página 8.

Resolvendo conflitos

Atuação na área jurídica aumenta campo de trabalho.

Pág. 3

Mobilização

Psicólogos se unem para discutir as contribuições técnicas e políticas para avançar o SUS.

Pág. 4

Carta aos Psicólogos

Saiba por que você é importante para a profissão.

Pág. 6 e 7

Construindo uma profissão

Um pouco da história que vem mudando a Psicologia.

Pág. 9

Eleições

Conheça o processo eleitoral do Sistema Conselhos.

Pág. 10

Concertando o Psind

O Sindicato dos Psicólogos e as contribuições para a empregabilidade.

Pág. 12

Editorial

2007 é ano de Congresso Nacional da Psicologia (CNP), que terá, nessa sexta edição, como tema: "Do discurso do compromisso social à produção de referências para a prática: construindo o projeto coletivo da profissão".

O CNP é a instância máxima de deliberação do Sistema Conselhos. Nele, delegados eleitos em todo o país se reúnem, a cada três anos, para deliberar diretrizes para a ação dos Conselhos.

Como preparação para o CNP, eventos preparatórios, pré-congressos e Congressos Regionais (COREPs) acontecem em todo o país. Dessa forma, todos os psicólogos podem participar e contribuir de maneira democrática para fortalecimento da psicologia brasileira.

Este é também ano de eleições para o triênio 2007/2010. As eleições serão realizadas no dia 27 de agosto e todo psicólogo que estiver em dia com o CRP poderá contribuir com esse processo democrático através do seu voto, ou constituindo chapas para concorrer à gestão no triênio.

O CNP e as eleições são momentos em que a participação da categoria é de extrema importância para que possamos apresentar à sociedade os rumos que queremos da nossa profissão, tanto no aspecto técnico quanto no político.

Na última década, a profissão ganhou novos aspectos de intervenção, ampliando sua participação nas políticas públicas, o que significou um confronto direto de nossa ciência e profissão com a realidade social brasileira, produzindo desafios.

Esses desafios exigem a produção de referências técnicas para práticas que sejam condizentes com o compromisso social da profissão. Este será o nosso foco de debate no próximo período. Especialmente, nos eventos que irão compor o Congresso deste ano.

Que 2007 seja um ano de grandes produções para a Psicologia.
Boa leitura!

PRÊMIO PROFISSIONAL "PSICOLOGIA É PRÁTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS"

Inscrições: SRTVN Quadra 702 Ed. Brasília - Rádio Center - sl/4024 A Cep. 70719-900 Brasília/DF
Informações e Regulamento pelo site: www.pol.org.br
Prazo máximo: 31 de janeiro de 2007

PRÊMIO MONOGRÁFICO 2007

O tema da atual edição do Prêmio Monográfico promovido pelo Conselho Federal de Psicologia é: "Brasil, uma Nação que Envelhece: O lugar do idoso na sociedade e os desafios para a Psicologia".

O homenageado desta edição é o psicólogo doutor Paulo da Silveira Rosas (1930 - 2003) que, durante sua vida, sempre militou pelos Direitos Humanos, defendendo muitas causas em parceria com o CFP. Paulo Rosas foi também escritor e lecionou durante anos em colégios, faculdades e universidades em Recife.

O Dicionário Biográfico da Psicologia trata-o como uma figura atuante e presente na história da Psicologia no Brasil. Em 2003 o Dr. Paulo faleceu na França, durante uma palestra que estava ministrando. Nessa edição do Prêmio, serão premiadas as melhores monografias nas categorias estudante e profissional.

Informações no site: www.pol.org.br

IV CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE ALTERNATIVAS EM PSICOLOGIA

Data: 7,8,9 e 10 de março
Informações pelo site: www.amapsi.org

11º COLÓQUIO INTERNACIONAL DE PSICOLOGIA E SOCIOLOGIA CLÍNICA

O Departamento de Psicologia da Fafich/UFMG irá realizar, de 10 a 13 de abril de 2007 o 11º Colóquio Internacional de Psicossocio-

Agenda

logia e Sociologia Clínica, dirigido a pesquisadores, professores, alunos de graduação e pós-graduação das mais diversas áreas de conhecimentos e demais interessados na temática. Informações pelo (31) 3499-4220 ou no site www.fundep.ufmg.br

V CONPSI - CONGRESSO NORTE-NORDESTE DE PSICOLOGIA

Promovido pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas e Conselho Regional de Psicologia - CRP-15, com o apoio do CFP, ocorrerá de 23 a 26 de maio de 2007, no Centro Cultural e de Exposições de Maceió-AL, com o tema "A produção na diversidade: compromissos éticos e políticos em Psicologia".

O Comitê Gestor dos CONPSIs é constituído pelo Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), ANPEPP (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia), Conselho Federal de Psicologia e Conselhos Regionais de Psicologia (1, 2, 3, 9, 10,11, 13 e 15).

Submissão de trabalhos até 31 de janeiro de 2007
Informações pelo site: www.crp15.org.br/~vconpsi

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA MINAS GERAIS (CRP-MG)

SEDE
Rua Timbiras, 1532/6º andar, Lourdes
CEP: 30140-061 - Belo Horizonte/MG
Telefax: (31) 2138-6767
e-mail: crp04@crp04.org.br
www.crpmg.org.br

ESCRITÓRIOS SETORIAIS

- Triângulo Mineiro/Uberlândia
Tel.: (34) 3235-6765
e-mail: uberlandia@crp04.org.br
- Região Sudeste/Juiz de Fora
Tel.: (32) 3215-9014
e-mail: sudeste@crp04.org.br

• Sul de Minas/Pouso Alegre
Tel.: (35) 3423-8382
e-mail: sul@crp04.org.br

JORNAL DO PSICÓLOGO

Informativo do Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais (CRP-MG)

Diretoria:

- Humberto Cota Verona
Conselheiro-presidente
- Lúcia Helena Garcia Bernardes
Conselheira vice-presidente
- João Carlos Vale
Conselheiro-tesoureiro
- Roberto da Silva Sales
Conselheiro-secretário

Conselho Editorial:

Robson Abreu, Rogério de Oliveira Silva, Humberto Cota Verona, Lúcia Helena Garcia Bernardes, João Carlos Vale, Rodrigo Tôrres e Roberto da Silva Sales

Jornalista Responsável:

Robson Abreu ascom@crp04.org.br

Redação:

Gustavo Machala
ascom1@crp04.org.br e
Nathalia Monteiro rp@crp04.org.br

Estagiário: Janaína Rochido
e Roberto Caiafa
comunica2@crp04.org.br

Revisão: Márcio Rubens Prado
Tiragem: 20 mil exemplares

Novos campos para a Psicologia

A expansão da prática dos psicólogos na área jurídica, dentro da mediação e na conciliação, motivou os seminários regionais "Psicologia: Mediação e Conciliação", mobilizando psicólogos do Brasil inteiro em seus respectivos CRPs, nos meses de novembro e dezembro de 2006. Em Minas Gerais, os seminários regionais foram realizados em sete cidades: Belo Horizonte, Governador Valadares, Montes Claros, Arcos, Uberlândia, Barbacena e Itajubá, entre os dias 8 e 25 de novembro.

Uma iniciativa do Conselho Federal de Psicologia, em parceria com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), Associação Brasileira de Psicologia Jurídica (ABPJ), Conselho Nacional de Justiça e Ministério da Justiça, o evento teve como objetivo ampliar os espaços de atuação dos psicólogos nos processos de mediação e conciliação, no Judiciário e fora dele. Segundo o CFP, o apoio desses órgãos indica um reconhecimento da importância do trabalho do psicólogo nesses processos.

A mediação e a conciliação são campos de trabalho crescentes para o psicólogo, pois o mediador ou conciliador não precisam ser profissionais da área do Direito. Nesses processos, busca-se a solução de conflitos entre as partes de forma amigável, por meio de acordos e sugestões de alternativas para tal. A principal vantagem desses métodos é a rapidez: processos da área de família, por exemplo, que às vezes se arrastam por meses ou anos na justiça comum, dessa forma se resolvem em poucos encontros. Além disso, o custo financeiro é menor, tornando essa alternativa ainda mais interessante para o Direito.

Outro ponto positivo é que as pessoas se envolvem em toda a solução de seus conflitos; isso também é importante, na medida em que, muitas vezes, as questões são de ordem psicológica - principalmente na área de família - acredita o conselheiro do CRP-MG e também responsável pelo evento de Belo Horizonte, Túlio Louchard Picinini. "As pessoas tentam resolver, através do Direito, questões que nem sempre são dessa área. Isso é muito comum em separações que se arrastam por muito tempo, em processos de guarda de filhos", completa. Daí, a importância do profissional de Psicologia nesse nicho.

Picinini explica que o objetivo do evento é qualificar a atuação do mediador, formando um profissional com mais repertório, mais conteúdo, mais firme em seus conceitos. Também se buscou, nos debates, métodos e técnicas de trabalho mais consolidados, para que a mediação e a conciliação possam se tornar ainda mais sérias e mais profissionais.

OFICINA TIRA DÚVIDA DE PROFISSIONAIS

A etapa de Barbacena, da série de encontros regionais destinados ao seminário "Psicologia: Mediação e Conciliação", realizou-se através de uma oficina, dentro do I Encontro de Formação e Práticas em Psicologia. Os profissionais e estudantes que participaram demonstraram muito interesse, mas também muitas dúvidas e alguma insegurança quanto a esse novo nicho de atuação.

Após esclarecer as diferenças entre mediação,



Roberto Caiafa

Papel do psicólogo no jurídico vai muito além da produção de laudos técnicos

conciliação e arbitragem, o conselheiro do CRP-MG e psicólogo do Ministério Público, Daniel Augusto dos Reis, ministrante da oficina, explicou que "a função do psicólogo no processo de conciliação e mediação passa pelas concepções de 'sujeito' do Direito e da Psicologia, que são completamente diferentes".

Confirmando a explicação do conselheiro, a oficina também mostrou que o papel do profissional da Psicologia não se resume a produzir laudos técnicos ou lidar com medidas socioeducativas dentro da área jurídica. De acordo com a professora de Psicologia Jurídica do curso de Psicologia da UNIPAC, Érika Aliani Mayrink de Souza, "o psicólogo é quem mostra para o juiz que não é simplesmente o cumprimento da lei que vai resolver o problema".

Psicólogos debatem medidas socioeducativas

O crescimento da atuação do psicólogo em unidades de internação e a criação de diretrizes para esse trabalho movimentaram os Conselhos Regionais de Psicologia do país entre o final de novembro e o princípio de dezembro de 2006, quando aconteceram os "Encontros Regionais de Psicólogos que Atuam em Unidades de Medidas Socioeducativas". Palestras e grupos de trabalho serviram de preparação para as plenárias, que sistematizaram protocolos sobre a atuação e elegeram os representantes para o "Seminário Nacional: a atuação dos psicólogos junto aos adolescentes privados de liberdade", realizado nos dias 8 e 9 de dezembro de 2006, em Brasília.

Em Minas Gerais, o encontro aconteceu na sede do CRP-MG, no dia 23 de novembro, em Belo Horizonte. Cerca de 40 participantes - entre estudantes, profissionais de centros de internação, da promotoria da infância e da juventude e do juizado da infância e da juventude -, tiveram a oportunidade de debater sobre os desafios dessa área de atuação com o professor e mestre em Psicanálise, Jacques Ackerman; e o doutor em Psicologia e professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Walter Ude, que expuseram suas idéias na mesa de abertura.

Além da construção de diretrizes para a prática profissional nessa área, os encontros também dis-

cutiram a formação dos estudantes, os futuros profissionais que atuarão nesses espaços. A supervisão e a qualificação dos profissionais são importantes também para que eles possam trabalhar sem medo de agressões dos adolescentes.

DESAFIOS QUE VALEM A PENA

A luta na aplicação de medidas socioeducativas vem sendo feita na contramão de certas demandas da sociedade, como a discussão sobre o rebaixamento da idade penal. Segundo Esther Arantes, da Comissão Nacional de Direitos Humanos, os adolescentes e crianças envolvidos em atos infracionais sentem-se capazes e realizados quando participam de atividades educativas e oficinas; gostam da companhia de outras crianças e adolescentes e vêem nessas atividades oportunidades de aprender uma profissão e conseguir um emprego. "O que eles precisam é de chances, de oportunidades, pois nem sempre eles querem se envolver com o crime", acredita.

Uma das questões principais da atuação do psicólogo nas unidades de internação, e que dificulta um pouco a operacionalização dessa atuação, é o conflito entre o Código de Ética da Psicologia e o que de fato acontece nas instituições. O defensor público de São Paulo, Flávio Frassetto, explica que dentro das unidades há várias situações de violação de direitos e o Código de Ética

impede o psicólogo de compactuar com isso. No entanto, o profissional, ao denunciar, corre o risco de demissão e, dessa forma, muitos se calam e "naturalizam" a situação como parte da rotina de trabalho, pois o enfrentamento se encontra além de suas forças.

DEBATES EM NÍVEL NACIONAL

Durante o encontro nacional, foram colocadas questões sobre as condições dos internos nas unidades: direitos violados; falta de dignidade, de saúde, de educação, de lazer, falta de convivência com a família, humilhação, tortura. "Os psicólogos não podem se calar frente a isso", reclamam Lurdinha Trassi, supervisora do Programa de Medidas Socioeducativas de São Paulo, e Ana Luíza Castro, do Juizado da Infância e da Juventude do Rio Grande Sul.

As idéias para combater essa realidade têm mostrado bons resultados, como exemplifica Lurdinha, quando fala das ações regionalizadas de prevenção. Ana Luíza completa dizendo que o índice de reincidência dos adolescentes é muito mais baixo em unidades menores, onde o contato com a comunidade é mais estreito, com o máximo possível de atividades fora da instituição. As duas psicólogas consideram um grande desafio preparar o adolescente, privado de liberdade, para a volta ao convívio em sociedade.

Profissionais mobilizados em favor do SUS

Realizado em outubro do ano passado, o Fórum Nacional de Psicologia e Saúde Pública que teve como tema "Contribuições Técnicas e Políticas dos Psicólogos para avançar o SUS - Sistema Único de Saúde", discutiu a política de saúde implantada no país e propôs intervenções. Em entrevista ao JP, Rejane da psicologia na área de Saúde Pública, incluindo a formação e o exercício profissional do psicólogo no SUS. Em entrevista ao JP, Rejane Cavalcanti, conselheira do CFP (Conselho Federal de Psicologia), coordenadora do Fórum Nacional de Psicologia e Saúde Pública, e Roges Carvalho dos Santos, presidente do PSIND-MG (Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais), presente no fórum como delegado, fazem um balanço do que foi o evento, apresentando pontos importantes para a compreensão do tema.

JP: O que pode ser feito para fortalecer o trabalho do psicólogo dentro do SUS?

Rejane: O trabalho do psicólogo na saúde pública vem assumindo maior visibilidade, especialmente no SUS. Apesar disso, ainda há muito espaço para se conquistar. O reconhecimento desse trabalho e o consequente fortalecimento do mesmo passam pelo conhecimento da política de saúde pública, de suas diretrizes e princípios, especialmente do controle social, do entendimento da demanda que busca e recebe assistência do SUS e do desenvolvimento de competências para atender os usuários.

Roges: É importante que o aluno cobre da agência formadora disciplinas que ensinem de maneira crítica o que são políticas públicas. Em segundo lugar, que essas agências formadoras valorizem o trabalho de extensão - extramuros - de acordo com o interesse de atuação do futuro profissional. A formação do psicólogo tem que ser generalista, contudo sem perder de vista os movimentos sociais, direitos humanos e ética. Por último, é preciso trabalhar para garantir a regulamentação de uma série de portarias que possam favorecer a presença dos psicólogos em serviços do SUS.

JP: Os profissionais que atuam no SUS possuem o grau de formação adequado ou é preciso profissionais mais qualificados?

Rejane: Existe um entendimento de que nossa formação profissional ainda não dá conta

de formar profissionais para atuar no SUS. Nesse aspecto, o Sistema Conselhos realizou, em parceria com a ABEP (Associação Brasileira dos Estudantes de Psicologia), oficinas de trabalho sobre a formação do psicólogo para atuar no SUS. Foram indicadas pela categoria quais as nossas deficiências e as necessidades que precisamos superar a fim de contribuir para o fortalecimento do SUS e de nossa profissão.

Roges: O conteúdo programático do curso de psicologia ainda deixa muito a desejar para o futuro profissional atuar de acordo com os determinantes sociais da saúde. Como podemos entender saúde se não atuarmos também de maneira adequada com as práticas da educação, da assistência social, da criança e do adolescente, de práticas afirmativas que vêm ao encontro de políticas que combatam o preconceito contra mulher, o idoso, a orientação sexual e a cor da pele?

JP: Qual a importância do CREPOP (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas) para os assuntos discutidos no Fórum Nacional de Saúde Pública?

Rejane: A atuação do Crepop é fundamental para compreensão do trabalho do Psicólogo na área de políticas públicas. Além de desenhar a presença do profissional; o que ele faz; e o espaço que ocupa nessas áreas, identifica as potencialidades para ampliar

sua intervenção, de forma a melhorar a qualidade de vida da população.

Roges: É de importância fundamental o trabalho que o CREPOP está desenvolvendo para conhecermos a realidade de atuação do psicólogo e que tem como base subsidiar projetos e programas para consolidarmos o exercício profissional. Tais dados contribuem para lutarmos por uma maior e melhor empregabilidade universal do psicólogo.

JP: Quais são as contribuições políticas dos psicólogos para o SUS?

Rejane: O Fórum Nacional de Psicologia e Saúde Pública mobilizou em torno de 5.000 psicólogos, em seus eventos preparatórios e fóruns regionais o que possibilitou identificar as principais demandas e propostas da categoria atuante da saúde pública. Foram levantadas questões importantes e já enfrentadas pelo Sistema Conselhos de Psicologia, mas também surgiram proposições que ampliam nossa intervenção não só na prática profissional como também na política de saúde no Brasil.

Roges: São muitas. A maior de todas elas é que o psicólogo saiba e faça políticas públicas. Que esse profissional entenda que existe uma legislação e que ele pode avançar além dela como promotor de saúde em todas as áreas que demandam a sua intervenção. É possível fazer saúde onde não haja escuta? Não. Onde não há escuta, não há lugar para relações humanas.

Criando referências para a Psicologia Hospitalar

O Hospital Vila da Serra, em Nova Lima, foi o local escolhido para sediar o IV Fórum Mineiro de Psicologia Hospitalar, evento promovido pela Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar. Durante os dias 27 e 28 de outubro de 2006, cerca de 200 participantes, entre profissionais e estudantes, debateram o papel do psicólogo nas instituições hospitalares, suas áreas de atuação, seus impasses e desafios. O encontro também expôs pôsteres e trabalhos realizados pela Psicologia dentro das instituições hospitalares mineiras.

O evento teve o apoio do Conselho Regional de Psicologia - Minas Gerais (CRP-MG), que foi representado pelo conselheiro-presidente Humberto Cota Verona na mesa de abertura, dia 28 de outubro do ano passado. Dando boas-vindas aos participantes também estavam Miriam Caiafa, conselheira do CRP-MG e psicóloga da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte; Lílian Viana, da Sociedade Mineira de Terapia Intensiva (SOMITI), da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte; Elaine Maria Zanolla, conselheira do CRP-MG e representante da

SBPH; e Adriana Zapattera, representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). A aluna de Psicologia do Centro Universitário Newton Paiva, Maria Eugênia Machado deu suporte aos componentes.

Apesar das mudanças que estão sendo feitas nas grades curriculares dos cursos de Psicologia, e da crescente presença do psicólogo no ambiente hospitalar, ainda não existem pesquisas, protocolos ou regulamentação para reger o trabalho, tornando difícil obter respaldo dentro de um hospital. "O profissional acaba sem ter para quem fazer solicitações ou reclamações dentro da instituição", diz Miriam Caiafa. "Essa discussão é urgente e importante para legitimar e dar visibilidade ao trabalho do psicólogo no hospital", completou Lílian Viana, da Sociedade Mineira de Terapia Intensiva (SOMITI) e presidente do IV Fórum.

Para Adriana Zapattera, da ANVISA, os psicólogos também precisam conhecer melhor a legislação existente sobre sua profissão, até para entender melhor a relação entre a Psicologia e a vigilância sa-



Criação de protocolos e referências foi objetivo do Fórum

nitária, que, segundo ela, diz respeito à garantia de qualidade e segurança nos serviços de saúde, o que também influencia em uma melhor prestação de serviços.

A presença de grande número de estudantes de graduação mostrou a preocupação dos futuros psicólogos com sua formação e com o lugar que ocuparão no mercado. Lílian Viana conta que as discussões no evento pretendem estimular a criação de documentos que sistematizem a parte científica e prática da Psicologia Hospitalar.

Mapeando o trabalho dos Psicólogos

Após um ano repleto de atividades, o CREPOP-MG faz um balanço de suas ações para o mapeamento dos psicólogos envolvidos em políticas públicas no Estado de Minas.

O CREPOP (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas) teve um ano atarefado em todo o país. Criado com a finalidade de sistematizar e difundir o conhecimento e as práticas psicológicas aplicadas às políticas públicas, o Centro teve como prioridade o mapeamento dos psicólogos que atuam no âmbito do setor público, com ênfase, primeiramente, na saúde.

No CREPOP-MG, as principais ações, que se iniciaram em fevereiro de 2006, giraram em torno de três grandes projetos:

1. Georreferenciamento das políticas públicas do Estado de Minas Gerais.
2. Georreferenciamento da presença dos psicólogos nas políticas públicas.
3. Pesquisa da prática profissional dos psicólogos nas políticas públicas.

Ao todo, realizaram-se mais de 30 reuniões e foram produzidos cerca de 60 relatórios de atividades, organizando-se, também, uma biblioteca virtual, ainda em fase de cadastramento, que contará com várias publicações, incluindo artigos, textos e legislações. Além disso, o CREPOP-MG realiza uma pesquisa inédita, que está mapeando os psicólogos portadores de deficiências.

Com relação aos projetos de georreferenciamento, o CREPOP visitou dez das 17 Secretarias de Estado de Minas Gerais, constatando a presença de 560 psicólogos em diferentes setores, com destaque para as Secretarias de Estado de Saúde e de Defesa Social, que incluem, juntas, 51% dos profissionais. O georreferenciamento permitiu, também, conhecer o "Programa Geraes", do governo do Estado, composto de 32 projetos estruturadores e centenas de ações e programas. As dez visitas realizadas foram importantes para iniciar um diálogo com os gestores, de forma a mapear a presença dos psicólogos nas políticas públicas e possibilitaram, também, a identificação de campos ainda não ocupados, mas que têm potencial para a Psicologia.

Na esfera municipal, o foco do georreferenciamento voltou-se para as cidades de Minas Gerais com mais de 100 mil habitantes. Desse grupo, o CREPOP visitou oito das 23 cidades selecionadas: Belo Horizonte, Araguari, Conselheiro Lafaiete, Divinópolis, Patos de Minas, Poços de Caldas, Uberaba e Uberlândia, representando 34% do total de cidades da amostra.

Com relação à Pesquisa da prática profissional dos psicólogos, foram realizados três estudos:

1. Pesquisa Preliminar - participaram os inscritos no II Psicologia nas Gerais, evento promovido pelo CRP-MG, em agosto de 2006. De um total



CREPOP

Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas

de 1200 inscritos, 934 psicólogos; destes, 497 trabalham com políticas públicas.

2. Pesquisa do I Fórum de Psicologia e Saúde Pública - participaram os psicólogos presentes no Fórum que atuam com políticas públicas de saúde (os dados desse estudo foram publicados na última edição do Jornal do Psicólogo)

3. Pesquisa da Prática dos Psicólogos nas Políticas Públicas. (Ainda em andamento). Estão sendo convidados grupos de psicólogos de diferentes áreas para que, a partir da metodologia do grupo focal, se possa realizar uma investigação qualitativa da prática dos mesmos. O primeiro grupo foi o dos psicólogos que atuam em medidas sócioeducativas em Unidades de Internação.

Ao longo de 2007, serão pesquisados os profissionais que atuam nos seguintes programas:

- Programa Sentinela - 05/02**
- Psicologia Jurídica - 13/03**
- Programa Nacional DST/AIDS - 07/05**
- Sistema Prisional - 25/06**
- Programa de Saúde Mental - psicólogos que atuam em CAPS - 13/08**

Se você é psicólogo e atua em algum desses contextos, fique atento para os questionários que serão veiculados na internet (www.crpmg.org.br) e participe das reuniões específicas a serem promovidas pelo CRP-MG com cada grupo. As reuniões acontecerão na sede do CRP-MG em Belo Horizonte e depois nos escritórios setoriais. Informações também podem ser obtidas pelos telefones (31) 2138-6767 ou (31) 2138-6758.

Este ano, dando continuidade aos trabalhos, será realizado o I Prêmio Mineiro de Práticas Exitosas em Psicologia e Políticas Públicas, que pretende mapear as práticas de sucesso dos psicólogos mineiros. Aguarde o edital e participe!

de 1200 inscritos, 934 psicólogos; destes, 497 trabalham com políticas públicas.

O CRP-MG agradece a todos os que fizeram parte das ações do CREPOP e espera contar, em 2007, com a participação de mais profissionais, para concluir, manter e ampliar as atividades desse que é um dos mais importantes projetos do Sistema Conselhos.

Pesquisa revela dados sobre psicólogos que atuam com Adolescentes em Conflito com a Lei

Relatório do questionário online feito pelo Crepop, em todo o País, revela que em Minas Gerais, o segundo estado com o maior número de participações dos psicólogos nesta pesquisa, logo atrás de São Paulo, 50% dos psicólogos que trabalham com Adolescentes em Conflito com a Lei recebem de R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00. No entanto, 34,6% dos profissionais afirmaram receber menos de R\$ 1.000,00.

As principais atividades desempenhadas são: atendimento individual aos adolescentes, reuniões de equipe e atendimento à família. As atividades menos realizadas são: acompanhamento pós-internação e programas de desinternação.

A pesquisa constatou ainda que 32,8% dos profissionais trabalham com contrato temporário e 24% já atuam por um período de 2 a 4 anos com medidas socioeducativas em unidades de internação. As teorias da Psicologia mais utilizadas pelos profissionais, respectivamente foram: base psicanalítica - 33,3%; base sócio-histórica - 23,3%; base humanista - 21,7%; base comportamental - 21,7%.

Do discurso do compromisso social para a prática: construindo um projeto

Carta aos Psicólogos

Você, ao se tornar psicólogo, geralmente requer seu registro junto ao Conselho Regional. O que você talvez não saiba direito é o que isso realmente significa. O Conselho Regional faz parte do que se chama Sistema Conselhos (que engloba os Conselhos Regionais e o Conselho Federal). Atualmente, são 17 Conselhos Regionais em todo o país e o Conselho Federal, que tem sede em Brasília.

Ao se inscrever no Sistema Conselhos, você começa a fazer parte de um coletivo de trabalho, de uma autarquia de direito público (os CRPs e o CFP), cujo objetivo é orientar, fiscalizar e disciplinar a profissão de psicólogo; zelar pela observância dos princípios éticos; e contribuir para o desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão. Estas são algumas atribuições definidas em lei, que se referem ao papel do Sistema Conselhos. O CRPs e o CFP têm para realizar essa tarefa uma estrutura em cada região do país (uma sede, funcionários, conselheiros e equipamentos); e além disso, cada CR abarca determinado número de psicólogos por região.

Assim temos os seguintes Conselhos Regionais:

CRP-01 - Sede em Brasília, abrangendo o Distrito Federal e os Estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima

CRP-02 - Pernambuco e Fernando de Noronha

CRP-03 - Bahia e Sergipe

CRP-04 - Minas Gerais

CRP-05 - Rio de Janeiro

CRP-06 - São Paulo

CRP-07 - Rio Grande do Sul

CRP-08 - Paraná

CRP-09 - Goiás e Tocantins

CRP-10 - Pará e Amapá

CRP-11 - Ceará, Piauí e Maranhão

CRP-12 - Santa Catarina

CRP-13 - Paraíba

CRP-14 - Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

CRP-15 - Alagoas

CRP-16 - Espírito Santo

CRP-17 - Rio Grande do Norte

Além disso, há o Conselho Federal de Psicologia, que tem sede em Brasília. Ao longo da sua história, o Sistema tem procurado democratizar sua estrutura; atualmente são organizadas chapas de psicólogos que se candidatam a conselheiros (ou seja, representantes dos psicólogos nos conselhos) em suas regiões e/ou para o Conselho Federal. As eleições ocorrem de três em três anos, sempre no Dia do Psicólogo (27 de agosto), com voto secreto, buscando a participação da maioria da categoria.

Para melhorar esse processo democrático, foi criado, em 1994, pelo Fórum Nacional de Entidades da Psicologia e Sistema Conselhos, o CNP - Congresso Nacional da Psicologia. O CNP é um evento

nacional, no qual a categoria de psicólogos tem a oportunidade não apenas de registrar chapas e escolher os membros que ocuparão os cargos de conselheiros no Sistema Conselhos, mas também é um momento de opinar sobre a articulação e acompanhamento da política nacional (ou das ações) que o Sistema adotará em sua gestão futura no triênio subsequente.

O I Congresso Nacional da Psicologia (I CNP) ocorreu em agosto de 1994 em Campos do Jordão; desde então, são realizados COREPs (Congressos Regionais de Psicologia), que culminam num congresso nacional a cada três anos.

Neste ano de 2007, a partir de fevereiro, serão realizados os COREPs, que já estão sendo organizados por cada regional do Sistema Conselhos. Após os COREPs de todo o país, teremos então o VI CNP, entre os dias 14 e 17 de junho de 2007, em Brasília.

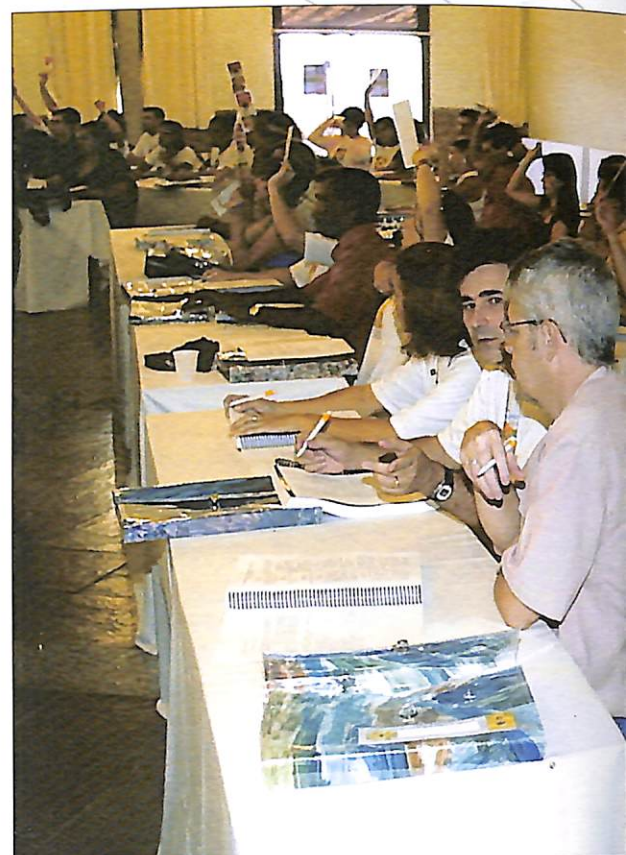
O VI CNP será um momento em que a categoria discutirá as diretrizes para o Sistema Conselhos, de forma a planejar as ações para os três anos de gestão (2007-2010). Em Minas Gerais, o COREP ocorrerá entre os dias 4, 5 e 6 de maio, na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O COREP-Minas Gerais será um evento que pretende reunir todo o conjunto de psicólogos mineiros; para tanto, estão sendo organizados 33 eventos preparatórios e dez pré-congressos em diferentes cidades do estado. No site do CRP-MG (www.crpmg.org.br), você poderá acompanhar a programação completa.

O TEMA DO VI CNP

Os Congressos Nacionais da Psicologia, junto com a APAF (Assembléia político-administrativa financeira) e as eleições diretas, formam o conjunto de instrumentos que é a base democrática do Sistema. Os COREPs em todo o Brasil e os eventos preparatórios representam, assim, mais uma etapa de construção democrática da participação dos psicólogos no Sistema Conselhos.

A questão do compromisso social da Psicologia começou a ser foco de discussão recorrente por todo esse coletivo de trabalho e atualmente é uma das metas do Sistema Conselhos. A bandeira de levar a Psicologia para fora dos âmbitos da clínica particular e inseri-la cada vez mais nos espaços coletivos e públicos fez com que se avançasse rumo à construção de uma ciência mais comprometida com as questões sociais. Nestes últimos anos, houve um avanço considerável nesse sentido, mas, atualmente, sente-se que os psicólogos buscam um novo avanço; a prática profissional tem demandado novas referências teóricas e técnicas, que permitam qualificar os serviços prestados à população e isto tem se tornado objeto de interesse do Sistema Conselhos.



Participação de delegados no V COREP realizado em 14 a 16 de maio de 2004.

O projeto do Compromisso Social permitiu aos psicólogos uma ampliação de inserção na sociedade e um reconhecimento mais amplo de sua profissão, fazendo surgir ou fortalecendo novos campos profissionais. Porém, apenas garantir esses novos espaços, sem instrumentalizar os psicólogos que estão na prática para atuação nos mesmos, passou a ser uma preocupação que tem se tornado o tema central das ações do Sistema Conselhos: é preciso ir além, é preciso avançar, é preciso criar novas referências para a prática dos psicólogos.

O tema do VI CNP - "DO DISCURSO DO COMPROMISSO SOCIAL PARA A CONSTRUÇÃO DE NOVAS REFERÊNCIAS PARA A PRÁTICA PROFISSIONAL" - traz o reconhecimento de que é o momento de se avançar no discurso do Compromisso Social e, com isso, buscar construir novas referências para a prática profissional que sejam coerentes com o projeto. A estrutura democrática conquistada garante à categoria que essa tarefa possa ser realizada de modo coletivo. Assim, ficou definido que o VI CNP terá seu debate dividido em três grandes eixos:

- 1) Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos
- 2) Intervenção dos psicólogos nos contextos institucionais
- 3) Diálogos para produção do projeto coletivo da profissão.

O primeiro eixo terá como principal discussão

à produção de referências coletivo para a profissão

Arquivo ASCOM CRP-MG



em Jaboticatubas, na Região Metropolitana de Belo Horizonte

dar seqüência a uma série de investimentos que o coletivo de psicólogos fez, há mais de uma década, acerca do próprio funcionamento do Sistema Conselhos. O eixo discutirá o aperfeiçoamento democrático do Sistema a partir de questões tais como: o que o Sistema Conselhos pode atualizar, rever, desenvolver, delimitar na sua estrutura e forma de funcionamento, a fim de que seja cada vez mais adequado na efetivação de sua tarefa, como condição do coletivo de psicólogos para construir a sua profissão.

O processo de democratização dos Conselhos começou no início dos anos 90; em 1994, o I CNP (Congresso Nacional da Psicologia) aprovou o começo dessas modificações. Na oportunidade, foi feita a revisão da estrutura do Conselho e definiu-se o Congresso Nacional como a instância fundamental.

No II CNP (Congresso Nacional da Psicologia), que ocorreu em 1996, foram deliberadas outras alterações na democratização e instauraram-se as APAFs (Assembléias Político-Administrativo-Financeiras), como mais uma instância de deliberação. A APAF deve acontecer duas vezes ao ano, reunindo todo o Sistema Conselhos para decisão de diretrizes.

Esses momentos puderam estruturar o desenho final do Sistema que se tem hoje. A partir daí, foi se formalizando e aprimorando o que havia sido decidido. Contudo, a democratização de uma entidade é um processo que se deve fazer cotidianamente; o VI CNP, ao colocar essa questão como um de seus

eixos, possibilita e estimula que a estrutura dos Conselhos seja novamente objeto de debate e decisões para que se possa avançar mais. Deve-se ressaltar, também, que ao colocar este tema no VI CNP, está-se ampliando a discussão para que se possa receber as contribuições daqueles que não estão nas gestões dos Conselhos Regionais e Federal, respondendo de forma rigorosa às conquistas democráticas dos psicólogos.

Na discussão desse eixo, espera-se que surjam idéias que componham teses referentes à reformulação ou à construção de formas democráticas de estrutura e funcionamento do Sistema Conselhos de Psicologia.

O segundo eixo pretende abordar o projeto do Compromisso Social de forma ampliada, na medida em que avança ao buscar junto aos psicólogos diálogos para construção de referências para a prática profissional. Essa nova ação do Sistema Conselhos exigirá parcerias com a categoria dos psicólogos, com os projetos multiprofissionais, assim como com o movimento da sociedade civil e o diálogo com instâncias governamentais.

Nesta perspectiva, a relação com as instituições científicas; com as outras entidades da Psicologia; com as entidades de outras profissões; com os movimentos sociais; e com o Estado, pode ser melhor delineada pela categoria profissional dos psicólogos, indicando parcerias que virão a fortalecer o projeto de compromisso com a formação de condições dignas de vida para a população brasileira.

Neste eixo, serão discutidas propostas que, em forma de teses, apresentem diretrizes relacionadas às relações institucionais e às alianças que os Conselhos devem fazer para garantir o projeto da profissão. Em outras palavras, deve-se definir nesta discussão quais os parceiros e a forma de busca dessas parcerias, bem como a construção permanente de um diálogo para elaboração coletiva da Psicologia para os próximos três anos.

O terceiro eixo discutirá a atuação dos psicólogos em diferentes instituições. Atualmente a ação do psicólogo se dá em contextos que se encontram estabelecidos no cenário de instituições da sociedade, ou seja, a ação do psicólogo estabelece uma relação ativa com estes diferentes cenários. O debate desse eixo abordará o âmbito da prática profissional e seus modos de constituição sobre o fazer dos psicólogos nos variados sistemas institucionais. Será discutido, ainda, como o Sistema Conselhos irá definir a intervenção dos psicólogos no sistema prisional, no sistema educacional, e diferentes campos como o do trabalho, do lazer, do trânsito, da questão fundiária, da questão habitacional, e tantas outras, no sentido de auxiliar o psicólogo na configuração de sua prática.

Hoje, sabe-se de muitos psicólogos atuando em diversos e complexos sistemas, áreas e campos; mas

não se conhece ao certo como está ocorrendo essa intervenção. É necessária, neste sentido, uma discussão para apropriação conjunta, e a construção de referências que sejam um projeto em comum da maioria de psicólogos daquela área, setor ou campo. Neste eixo de discussão, portanto, serão agrupadas as teses que se referem à prática profissional, na direção da construção de referenciais teóricos e técnicos que garantam o desenvolvimento da profissão na direção do avanço no projeto do Compromisso Social.

Assim, psicólogo, você pôde ver que os eventos preparatórios, os pré-congressos, o COREP Minas Gerais e o VI CNP serão momentos históricos de reunião da categoria de psicólogos para definição de grandes temáticas de interesse de todos. Esperamos então que você participe ativamente dessa construção e se aproprie de todas as discussões, bem como contribua com sua opinião nesse que será mais um momento de grande avanço de nossa profissão e sua inserção junto à sociedade brasileira.

*Aguardamos você para, juntos,
fazermos mais e melhor para a
Psicologia brasileira!*

Apresente sua tese!

O processo é bem simples. Veja só:
O psicólogo deve escolher um dos eixos a serem discutidos no VI CNP e preencher o formulário, que consta de três campos: Análise, Diretrizes e Encaminhamento. O formulário pode ser preenchido no local do evento.

Na Análise, aponta-se a problemática a ser enfrentada ou a situação a ser modificada.

Exemplo:

Os cursos de Psicologia (graduação) se multiplicam e o mercado de trabalho não absorve os profissionais.

Nas Diretrizes, explica-se a situação desejada, que os Conselhos devem buscar. Exemplo:
Os Conselhos poderiam criar comunicação junto aos órgãos (Conselho Estadual de Educação e MEC) para criar mecanismo único para a abertura de novos cursos.

No Encaminhamento, indica-se as ações que devem ser tomadas para que se garanta a situação desejada. Exemplo:
Encaminhar/estudar/discutir junto ao MEC/C.E.E formas de garantir melhor qualidade dos cursos e regular a abertura de novos cursos.

Uma caminhada histórica. Um futuro por construir

Realiza-se este ano o VI Congresso Nacional da Psicologia, consolidando um processo democrático que vem mudando a cara da profissão.

"Construir referências é uma tarefa que exige processos democráticos, para que a diversidade da Psicologia esteja contemplada e para que as referências tenham reconhecimento de todos". É dessa maneira que a presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Ana Mercês Bahia Bock (foto), destaca o valor do aspecto democrático do Sistema Conselhos e a importância da construção de referências para as atividades de orientação e fiscalização, tema a ser abordado pelo Congresso Nacional em 2007.

Segundo Ana Bock, a profissão ganhou muito com a organização democrática do Sistema Conselhos, o que significa que as ações de regulamentação e controle da profissão, realizadas pelos Conselhos, são feitas a partir de decisões "amplamente discutidas pela categoria". Essa democratização, que remonta a uma caminhada de mais de 12 anos, se efetiva a partir de um processo que envolve profissionais de todo o país, que colaboraram em diversas etapas. Esse processo culminará com o CNP (Congresso Nacional da Psicologia), que neste ano, em sua sexta edição, tratará "Do Discurso do Compromisso Social à Produção de Referências para a Prática: construindo o projeto coletivo da profissão".

As discussões que pautam o CNP começam com os Eventos Preparatórios, que acontecem em

todo o país, nos quais são discutidas e formuladas teses sobre a temática do CNP. Logo após, acontecem os pré-congressos, onde se aprovam as teses que serão apreciadas e debatidas nos COREPs (Congressos Regionais da Psicologia). Após a escolha dos delegados de cada Região, as teses vão para o CNP, onde são discutidas. É só então que são deliberadas diretrizes para a ação dos Conselhos no triênio seguinte. "O Congresso Nacional da Psicologia, apesar do nome pretensioso, é um evento do Sistema Conselhos de Psicologia e tem como tema e objeto as questões relacionadas ao papel e função dessa entidade", completa Ana Bock.

Um outro ponto central para o Sistema Conselhos é a APAF (Assembléia de Políticas Administrativas e Financeiras). É nela que Rogério Oliveira, conselheiro do CRP-MG e presente na última assembléia como delegado, enxerga um dos pontos máximos da democracia do Sistema. "A APAF é uma instância que reflete as políticas de todos os Conselhos Regionais. É nessa instância que se acompanham as deliberações da instância máxima, que é o Congresso Nacional da Psicologia", explica Rogério.

Ana Bock acredita que uma maneira de aperfeiçoar ainda mais o Sistema Conselhos é conseguir consolidar essas conquistas em uma nova lei, que substitua a 5.766, de 1971, criadora do Sistema

Arquivo CFP



Conselhos de Psicologia.

Questionada sobre uma forma de ampliar a relação do Sistema com outras entidades, Ana Bock ressalta a importância do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira. Segundo ela, esse já é um espaço adequado para o desenvolvimento de parcerias na construção de um projeto para a Psicologia como ciência e profissão, mas que pode ser fortalecido.

AGENDA DO COREP EM MINAS

REGIÃO CENTRAL

Pré-congresso: 31/03 - BELO HORIZONTE
Preparatórios: 03/02 - Comissões do CRP-MG (Auditório do CRP-MG)
07/02 - CREPOP (Auditório do CRP-MG)
14/02 - Betim e região (Ed. Maria Rafaela Rezende, rua Santa Cruz, 612, 2º andar - Centro - Betim)
15/03 - Caeté e Sabará (Casa de Cultura - rua Dom Pedro II, s/nº)
17/03 - Lagoa Santa (Auditório da Secretaria Municipal de Saúde - Rua Acadêmico Nilo Figueiredo, 90 Centro)
23 e 24/03 - Fórum de Entidades, CETIC e CPTO (Auditório da UNA - rua Aimorés, 1451 - Belo Horizonte)

REGIÃO CENTRO-OESTE

Pré-congresso: 14/04 - 8 às 18h - DIVINÓPOLIS (Câmara Municipal - rua São Paulo, 277 - Centro)
Preparatórios: a definir: Lagoa da Prata
13/04 - Divinópolis

REGIÃO NORTE

Pré-congresso: 17/03 - MONTES CLAROS
Preparatórios: 10/02 - Itaobim

03/03 - Pirapora

10/03 - Diamantina

REGIÃO TRIÂNGULO

Pré-congresso: 31/03 - UBERABA
31/03 - UBERLÂNDIA
Preparatórios: 02/03 - Patos de Minas
16/03 - Ituiutaba
16/03 - Araguari
23/03 - Araxá
31/03 - Uberaba
31/03 - Uberlândia

REGIÃO SUL/SUDOESTE

Pré-congresso: 28/03 - POUSO ALEGRE
Preparatórios: 27/02 - Alfenas
28/02 - Passos
07/03 - Varginha
08/03 - Lavras
14/03 - Itajubá
21/03 - Poços de Caldas

REGIÃO LESTE

Pré-congresso: 31/03 - GOVERNADOR VALADARES
07/04 - CORONEL FABRICIANO
Preparatórios: 28/02 - Vale do Aço (Ipatinga)
01/03 - Governador Valadares

02/03 - Itabira (Câmara Municipal - Av. Carlos Drummond de Andrade, 651)
03/03 - Manhuaçu (CAPS Manhuaçu)
A definir - Teófilo Otoni

REGIÃO SUDESTE

Pré-congresso: 30/03 - 19h - SÃO JOÃO DEL REI (UFSJ/Campus Dom Bosco)
31/03 - 8h30 - JUIZ DE FORA (Escritório Setorial - Av. Rio Branco, 2001, sl 1507)
Preparatórios: 13/03 - Juiz de Fora (19h - Escritório Setorial)
21/03 - Ubá (18h30 - Auditório da UNIPAC)
23/03 - Barbacena (9h - Auditório do CHPB/FHEMIG)
27/03 - Muriaé (18h30 - FAMINAS)

COMISSÃO ORGANIZADORA DO COREP:
Rogério de Oliveira (coordenador), Anselmo Duarte, Georgina Maria Motta, Graziela do Carmo Reis, Rodrigo Tôres
Informações:
(31) 8835-6006 2138-6767
E-mail corep6@crp04.org.br

Por entre veredas: uma história de CNPs

Rumo a uma profissão construída por todos, os CNPs, com mais de 12 anos de história, são fundamentais nessa caminhada



I CNP
25 A 28/08 DE 1994
CAMPOS DO JORDÃO/SP

"Congresso Nacional Constituinte da Psicologia"

O I Congresso Nacional da Psicologia (CNP) voltou-se para a discussão da estrutura, organização e forma de funcionamento dos Conselhos e para a democratização das relações entre Conselhos Regionais e o Conselho Federal de Psicologia.

Algumas das principais deliberações foram a criação de instâncias decisórias; a instituição do Congresso Nacional da Psicologia a cada três anos, que seria precedido por pré-congressos regionais e traçaria diretrizes políticas para o Sistema Conselhos; e a instituição do voto universal e das eleições simultâneas dos Conselhos Regionais e do Conselho Federal.

Esse primeiro momento representou uma ruptura com um modelo focado somente no corporativismo. Percebeu-se a necessidade de se afirmar para a sociedade que a Psicologia estava muito além dos estereótipos que a mesma sociedade insistia e insiste em construir. No entanto, a reforma inicial deveria se dar no âmbito do modelo organizativo da estrutura do sistema como um todo. E foi este o ponto central de um processo histórico de mudança de foco, que deu uma guinada de um campo onde se restringiam as ações e visões do Sistema Conselhos a uma ótica normativa, voltando as atenções para o protagonismo social. Para isso, foi necessária uma reestruturação de todo o modelo de organização do sistema.

II CNP
28/08 A 01/09 DE 1996 - BELO HORIZONTE/MG

"O Psicólogo vai mostrar a sua cara"



Tratou da formação e do exercício profissional, deliberando sobre os seguintes aspectos: proliferação indiscriminada de novos cursos de Psicologia; diretrizes para a Avaliação Psicológica e parâmetros para a mesma; diretrizes para uma política do Sistema Conselhos em relação às práticas alternativas; e a criação da Assembléia das Políticas Administrativas e Financeiras (APAF), definida como um espaço político e democrático, composto por representantes de todos os Regionais e do Conselho Federal. A APAF tem como objetivo ser uma instância deliberativa, ficando abaixo ape-

nas do Congresso Nacional da Psicologia.

Aqui houve a continuidade do projeto do protagonismo. Identificou-se, então, a necessidade de democratizar ainda mais as relações no interior do Sistema Conselhos. Por isso, nasceu a APAF e, ao mesmo tempo, iniciou-se um avanço em direção às práticas dos profissionais, a um debate em torno do que vêm a ser tais práticas e como elas se organizam - era o começo do que hoje estamos vivenciando no VI CNP.



III CNP
24 A 28/06 DE 1998
FLORIANÓPOLIS/SC

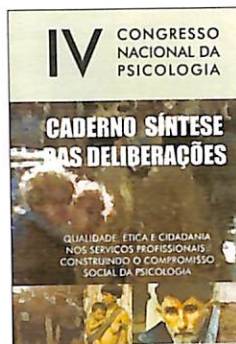
"Psicologia: Interfaces-Políticas Públicas-Globalização"

Discutiram-se as relações entre Psicologia, políticas públicas e a globalização, deliberando-se a respeito da necessidade de construção de uma Psicologia que considere a cultura local e suas reais necessidades. Apontou, também, a necessidade do fortalecimento dos Conselhos e das entidades da Psicologia, que funcionariam como interlocutores na construção de uma rede latino-americana de Psicologia. Criou as comissões de Direitos Humanos dos Regionais e reafirmou a necessidade do Sistema Conselhos intervir no âmbito das políticas públicas, em especial a saúde e a educação, fortalecendo a inserção do psicólogo nesses setores.

A dinâmica social sempre estará em constante mudança e o papel da Psicologia não se separa dessa dinâmica social. Nessa construção coletiva, começa-se a perceber o dever da Psicologia de assumir um papel de protagonista, questão que o VI CNP vai tentar discutir. Ou seja, além do protagonismo social, é necessário disponibilizar as referências para a prática, visando à valorização do exercício da psicologia dentro da sociedade.

IV CNP
21 A 24/06 DE 2001
BRASÍLIA/DF

"Qualidade, Ética e Cidadania nos Serviços Profissionais: Construindo o Compromisso Social da Psicologia"



Discutiram-se aspectos relacionados à profissão, como a qualificação da Avaliação Psicológica, baseada em princípios éticos; a expansão da oferta e da qualidade dos serviços oferecidos à população;

uma maior articulação do Sistema Conselhos no campo dos Direitos Humanos e nas políticas públicas, como saúde, idosos, crianças, família, mulher, controle social, educação, segurança pública, reforma psiquiátrica; e também da relação com a mídia e movimentos sociais.

Nessa edição do CNP, fez-se um retorno às práticas históricas e promoveu-se uma série de questionamentos com relação a essas práticas. Elas estão acompanhando as questões da evolução da sociedade? Estão voltadas para a preservação das questões técnicas e éticas? E, o mais importante: elas reconhecem seu papel nas diversas instâncias da sociedade, a partir de um olhar dos direitos fundamentais do homem? A prática e o conhecimento, neste momento, são convidados a construir um caminho juntamente com a consolidação dos direitos que venham a tornar a sociedade mais justa, equânime e renovada. O fortalecimento da cidadania enquanto eixo será visto e trabalhado, dentro da sociedade brasileira, três anos mais tarde no V CNP, desta vez como objetivo específico.



V CNP
17 A 20 DE JUNHO DE 2004
BRASÍLIA/DF

"Protagonismo Social da Psicologia - As Urgências Brasileiras e a Construção de Respostas da Psicologia às Necessidades Sociais"

O V CNP teve como proposta desafiar os psicólogos a irem além das práticas profissionais e como objetivo construir um programa de participação efetiva da Psicologia na transformação da sociedade brasileira, ampliando sua inserção social e sua possibilidade de formular respostas para as necessidades sociais do país.

O Congresso teve três eixos básicos que nortearam as teses e as discussões: Políticas Públicas, Inclusão Social e Direitos Humanos, e Exercício Profissional. Este último teve como subeixo "Formação e Exigências de Qualificação, Campo e Espaço de Atuação e Áreas Emergentes". Os encaminhamentos propostos apontam o indicativo de que políticas públicas sejam tratadas junto à ciência e à profissão, com inter-relação com o contexto institucional em que se desenvolvem e também sob a perspectiva interdisciplinar.

O V CNP convidou os psicólogos a romperem as fronteiras do fazer tradicional, ocupando espaços com práticas inovadoras e necessárias, sem que elas sejam como uma reserva corporativista e sem delimitar espaços para tais ações por meio de um olhar normativo. O objetivo era a construção de parcerias, de projetos coletivos, o rompimento definitivo da visão de uma Psicologia a serviço de interesses burgueses. A idéia é investir a energia política no pioneirismo de ações sociais, e não liberais.

2007 é ano de eleições no CRP-MG

Em agosto deste ano, os psicólogos de Minas Gerais deverão votar para escolher o XII Plenário do CRP-MG. Os conselheiros efetivos e suplentes eleitos para compor a nova diretoria serão empossados 30 dias após o término das eleições. O mandato de Conselheiro é de três anos, permitindo-se uma reeleição.

Para tirar as dúvidas de eleitores e candidatos, aqui vão algumas questões importantes sobre o pleito:

1) Quando ocorrem as eleições para os novos conselheiros?

As eleições para os novos conselheiros acontecerão no dia 27 de agosto de 2007, Dia do Psicólogo.

2) Quem pode se candidatar?

O candidato às eleições deve ser cidadão brasileiro, estar em dia com obrigações eleitorais e militares e estar em pleno gozo de seus direitos profissionais, além de ter inscrição principal no respectivo conselho regional e domicílio na região correspondente. Também não pode haver condenação criminal ou condenação por infração ao Código de Ética da profissão, assim como débitos com a tesouraria do respectivo CRP.

3) Como inscrever uma chapa?

As chapas devem solicitar sua inscrição através de requerimento assinado pelo cabeça da chapa, acompanhado de declarações de concordância e de elegibilidade assinadas pelos demais membros da chapa. O requerimento deve ser protocolado no respectivo CRP no período definido pela Comissão Regional Eleitoral (CRE).

4) O que é a Comissão Regional Eleitoral? Como é formada?

A Comissão Regional Eleitoral é formada por, no mínimo, três psicólogos, e seus respectivos suplentes. A CRE deve ser constituída por psicólogos que não sejam conselheiros regionais e é eleita em Assembleia Geral Extraordinária, convocada pelo CRP, sendo extintas com o ato de homologação do processo eleitoral. As funções da CRE são:

- Nomear uma subcomissão em cada Zona Eleitoral, definindo seu funcionamento e convidando os psicólogos a participarem delas;
- Solicitar a colocação de encartes das chapas concorrentes no Jornal do Psicólogo;
- Expedir portarias para disciplinar e normatizar os trabalhos eleitorais, respeitando os dispositivos do regimento e as normas e procedimentos estabelecidos pela Comissão Eleitoral Regular do Conselho Federal de Psicologia;
- Distribuir as cédulas de votação às mesas eleitorais e responsabilizar-se pela sua postagem, bem como do material para o voto por correspondência em tempo hábil para recebimento e devolução por parte do eleitor;
- Indicar e instalar Mesas Eleitorais, nas zonas eleitorais, em número suficiente, para organizar e fiscalizar o processo de votação, recebendo e apurando os votos;
- Apreciar os requerimentos e impugnações que forem oferecidos no curso de todo processo eleitoral e encaminhar à Comissão Eleitoral Regular do CFP os recursos, acompanhados de parecer.

5) A que as chapas têm direito?

O CRP deve dar às chapas apoio técnico e administrativo. As chapas podem utilizar os espaços físicos para reuniões e também podem usar o nome e o endereço dos psicólogos para mala direta, desde que arquem com os custos do

envio. Os candidatos também podem colocar encartes no Jornal do Psicólogo, na edição anterior à eleição. Ações que envolvam recursos do Conselho devem ser comunicadas à Comissão Eleitoral.

6) Quem pode votar?

O desejável é que todos os inscritos no CRP, mesmo os recentes, possam votar. Os psicólogos com mais de 65 anos estão dispensados da obrigatoriedade do voto, mas têm o direito de votar, se assim quiserem. O eleitor deve estar quite com a tesouraria do CRP, que encaminhará, até um dia antes da eleição, a listagem com o nome dos profissionais recentemente inscritos e daqueles cuja situação foi regularizada junto à tesouraria, mas ainda não consta baixa no sistema. Serão colocadas urnas na sede do CRP-MG, nos escritórios setoriais, e nos demais locais definidos pela CRE.

Também estão previstas no regimento das eleições duas modalidades especiais de voto: 1) o voto por correspondência, no qual o psicólogo recebe a cédula no endereço cadastrado no CRP, marca seu voto, e a devolve, via correios, à Mesa Eleitoral. Para que o voto seja computado, a cédula deve chegar até o horário do encerramento da eleição. Em caso contrário, ela será considerada somente para não-aplicação de multa. 2) O voto em trânsito, no qual o profissional vota na localidade em que estiver, desde que esteja dentro da mesma jurisdição do CRP e que haja mesa eleitoral na localidade. Em caso de justificativa de não-comparecimento, esta deve ser encaminhada ao CRP, para cancelamento da multa.

Divulgação - TSE



As urnas eletrônicas garantiram a agilidade do processo eleitoral do CRP-MG, em 2001

Aconteceu

Mandado de Segurança

Inconformada com um item do edital do concurso público, publicado em 20 de setembro de 2006, para a área da saúde da Prefeitura de Belo Horizonte, que impedia que profissionais de Psicologia especializados em acupuntura se inscrevessem para a função - pelo edital a função era exclusiva dos médicos -, a diretoria do CRP-MG, através de sua assessoria jurídica, entrou com um mandado de segurança que, lamentavelmente, foi julgado improcedente pelo juízo de primeira instância e será levado à instância superior, por via de recurso próprio.

O mandado foi impetrado com base na tese, defendida pela autarquia, de que a reserva de mercado, em benefício de uma determinada categoria profissional, em detrimento de outras em um campo de atuação multiprofissional, tolhe uma maior opção de escolha por parte da sociedade ao procurar os serviços de um especialista. O CRP-MG discorda de qualquer medida, seja da iniciativa privada ou do poder público, que impeça a atuação dos psicólogos em atividades da Psicologia reconhecidas pela autarquia e em que o mesmo esteja devidamente habilitado para o seu exercício e amparado pela legislação pertinente.

A acupuntura é uma técnica de intervenção em saúde que ainda carece de uma legislação nacional própria. No entanto, a Portaria 971/2006 do Ministério da Saúde, que aprova a PNPIC (Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares), assevera a premissa de que o desenvolvimento da especialidade se dá em caráter multiprofissional para as categorias profissionais presentes no SUS. A portaria, porém, é apenas uma diretriz para ser seguida pelas secretarias dos estados, municípios e distrito federal, carecendo de poder vinculador, o que a caracteriza como apenas de orientação, ou seja, não é normativa.

Luta contra a homofobia

A população GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transexuais) de Minas Gerais avançou mais um passo na luta contra a discriminação: foi aprovado o projeto de lei nº 3.329/2006, da deputada estadual Jô Moraes (PC do B - MG), que institui o dia 17 de maio como o Dia Estadual de Combate à Homofobia. O projeto contou com a articulação do Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual (Cellos/MG), e sua aprovação foi publicada no jornal "Minas Gerais" do dia 4/01 de 2007.

Psicólogos atuados pelo CRA

Intransigência do CRA-MG (Conselho Regional de Administração de Minas Gerais) impediu que fiscalizações e ações judiciais fossem paralisadas.

Surpresos e indignados, psicólogos atuados pelo CRA-MG pediram ajuda ao CRP-MG (Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais), que agiu prontamente na tentativa de reverter a situação.

Em resposta às atuações, feitas sob a alegação de que psicólogos estariam exercendo atividades reservadas aos administradores, principalmente no

setor de recursos humanos e de pessoal, o CRP-MG, em reunião com a diretoria do CRA-MG, realizada em novembro do ano passado, pediu que as fiscalizações e as ações judiciais fossem suspensas até que comissões dos dois Conselhos debatessem e decidissem a respeito da legalidade das ações, tentando delimitar o exercício regular da profissão de cada classe. O pedido foi negado pelo CRA-MG e as comissões não se encontraram.

Para Humberto Cota Verona, conselheiro-presidente do CRP-MG, "todas as vezes que um campo multiprofissional torna-se exclusividade de uma única profissão a sociedade sai perdendo", o que caracteriza uma reserva de mercado prejudicial à sociedade. Apesar de o CRA-MG recusar atender o pedido feito pela diretoria e pela assessoria jurídica do CRP-MG, o Conselho de Psicologia continua trabalhando no levantamento de dados referentes às atuações, para que se promovam as medidas administrativas e judiciais cabíveis, defendendo os interesses da classe em prol da sociedade, que não pode ser privada de serviços prestados, com qualidade técnica e dentro da legalidade, por profissionais de Psicologia.

O CRP-MG, após deliberação de seu plenário, imediatamente após as reclamações, designou um grupo de trabalho para estudar os fundamentos de fato e de direito que permeiam a questão. O grupo vem se reunindo regularmente, recebendo sugestões de profissionais e representantes de pessoas jurídicas envolvidas com o tema.

Todos os psicólogos e pessoas jurídicas que sofreram atuações estão convidados a entrar em contato com o Conselho para receber informações sobre reuniões e outras formas de mobilização.

Serviço: Informações - diretoria@crp04.org.br, (31) 2138-6767.

Novos funcionários

O Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais (CRP-MG) começou o mês de dezembro de 2006 recebendo seus novos funcionários, aprovados no concurso público realizado em outubro do mesmo ano. Foram oferecidas 16 vagas para provimento imediato, nas áreas administrativa, contábil, de comunicação, psicologia e biblioteconomia, distribuídas entre as cidades de Belo Horizonte, Montes Claros, Governador Valadares, Juiz de Fora, Pouso Alegre e Uberlândia.

As contratações visam atender às necessidades de dotar o Conselho de uma estrutura administrativa e técnica, capaz de promover o desenvolvimento da Psicologia no Estado de Minas Gerais. Dessa forma, também se coloca em prática a política de descentralização promovida pelo Conselho, pois, com a expansão da equipe, será dada mais autonomia aos escritórios setoriais, que poderão agir de forma mais independente em suas respectivas regiões.

Capacitação

Todos os aprovados receberam uma capacitação no

Escritório Central do CRP, em Belo Horizonte, do dia 6 ao dia 22 de dezembro. O conselheiro-presidente, Humberto Cota Verona, e a vice-presidente, Lúcia Helena Garcia Bernardes, deram as boas-vindas aos novatos, falando-lhes sobre a missão do CRP-MG e sua estrutura. A capacitação teve um módulo introdutório, no qual foram apresentados o CRP, sua missão e seus programas políticos; e outro específico, para familiarizar cada novo funcionário com a rotina de sua função no Conselho.

Os novos integrantes do CRP também contaram com uma convidada muito especial para contextualizar a situação dos psicólogos e os desafios enfrentados atualmente pela Psicologia no Brasil: a presidente do Conselho Federal de Psicologia, Ana Mercês Bahia Bock, que proferiu palestra no dia 6, sobre o "Exercício Profissional da Psicologia". Entre outras questões, Ana Bock falou da importância de "criar uma imagem social de valorização, de reconhecimento junto à sociedade e abandonar essa coisa de elitização" da Psicologia, a fim de acabar com os equívocos e estigmas que ainda existem sobre a Psicologia.

Os novos funcionários do Conselho fizeram uma avaliação muito positiva do treinamento: os conceitos "ótimo" e "bom" obtiveram 90% das opiniões sobre as atividades. A capacitação é parte do projeto de gestão interna do CRP-MG e, para 2007, já estão previstas outras ações nessa área. Esse recurso também é um motivador para a equipe, garantindo que os propósitos políticos pactuados com a categoria sejam atingidos. Com isso, essa ação se torna mais participativa, buscando no trabalhador o desenvolvimento coletivo.

Roberto Caiafa



Novos funcionários participam de capacitação no auditório do CRP-MG

CDI de cara nova

Dentre as novas contratações do CRP, a novidade é a bibliotecária Luciana Lacerda Souza, pois é a primeira vez que um profissional dessa área faz parte da equipe. A contratação faz parte de um projeto do CRP-MG, que visa transformar o Centro de Documentação e Informação (CDI), que ocupa o 10º andar da rua Tomé de Souza, 860, na Savassi, em Belo Horizonte, no espaço reservado às entidades da Psicologia, em um centro de referência para a produção dos psicólogos mineiros e, também, em um centro de memória da profissão em Minas.

APAF modifica CPD e reavalia resoluções

A segunda Assembléia de Políticas Administrativas e Financeiras do Sistema Conselho (APAF), do ano de 2006, realizada nos dias 16 e 17 de dezembro, dedicou-se a diversos assuntos relevantes para a profissão do psicólogo. Segundo Túlio Picinini, presidente da Comissão de Ética e conselheiro do CRP-MG, que participou da APAF como convidado, dois pontos mereceram destaque: a revisão do Código de Processamento Disciplinar (CPD) e a reformulação da Consolidação das Resoluções do Conselho Federal de Psicologia (Resolução 018/00), que, após aprovadas pela plenária do Conselho Federal de Psicologia (CFP), serão publicadas. Esses dois pontos são fundamentais, pois regulamentam o exercício profissional e irão influenciar a vida dos psicólogos daqui para a frente.

As modificações no CPD, que é o instrumento que estabelece os procedimentos a serem seguidos no caso de processos éticos, foram feitas com o intuito de garantir maior clareza das regras; maior agilidade nos processos; e formas mais eficazes de garantir o exercício do direito ao devido processo legal e à ampla defesa. As modificações são um desdobramento da revisão do Código de Ética Profissional, modificado pela resolução número 10, de julho de 2005.

Os profissionais devem conhecer o CPD, mas é o Código de Ética que orienta o traba-

ho do psicólogo; o CPD só se aplica em caso de processos éticos, que ocorrem por infração ao Código de Ética, determinando o andamento e as fases do processo, bem como orientando a respeito do meio de produção de provas e as formas de aplicação das penalidades.

Já a reformulação da Consolidação das Resoluções do Conselho Federal de Psicologia tem como objetivo rever todas as resoluções relativas ao exercício profissional, afastando as resoluções que estão em desuso; verificando possíveis conflitos entre resoluções e revisando orientações quanto ao exercício profissional.

A Consolidação trata de uma variedade de temas, que vão desde a caracterização da profissão até o funcionamento dos Conselhos Regionais, passando por publicidade profissional, avaliação psicológica para carteira nacional de habilitação, anuidades, taxas e multas.

Para Rogério Oliveira, conselheiro do CRP-MG e delegado na APAF, dois outros pontos de pauta merecem destaque. O primeiro encaminhou a discussão para o CFP sobre as portarias ministeriais que tratam da participação do psicólogo no SUS. Esse tema foi apresentado pelo CRP-MG e, segundo Rogério, é de grande importância, pois busca uma ampliação de postos de trabalho para o psicólogo no SUS. "Existem portarias, mas é

preciso uma implementação efetiva", argumenta. A segunda, diz respeito à prática da psicoterapia, que, de acordo com Rodrigo Torres, conselheiro do CRP-MG e também delegado na APAF, é uma discussão que deve ser levada adiante para que se possa conhecer melhor um campo que é amplo e significativo. Atualmente, a psicoterapia conta com mais de 200 práticas. A posição do CRP-MG é "favorecer a organização e regulação do campo", aponta Rodrigo, "e é contrária à regulamentação", o que poderia levar à criação de uma nova profissão.

Serviço: O CPD, o Código de Ética e as resoluções do Conselho Federal de Psicologia estão disponíveis no endereço eletrônico: www.pol.org.br

APAF

Composta por delegações de todos os conselhos regionais, a APAF é a instância deliberativa do Sistema Conselhos de Psicologia, estando submetida às deliberações do Congresso Nacional da Psicologia, o CNP. Na APAF discutem-se as questões políticas e administrativas referentes à organização e presença da profissão da Psicologia na sociedade.

Concertando o PSIND-MG

O Sindicato dos Psicólogos e as contribuições para a Saúde

"A categoria é uma grande orquestra e é ela quem deve reger o sindicato". Para o presidente do Sindicato dos Psicólogos (PSIND-MG), Roges Carvalho dos Santos, é fundamental que toda a categoria se una para a construção de referências que transformem o discurso do compromisso social, adotado pela profissão, em práticas que sejam efetivas para a promoção da saúde, conforme indica a OMS (Organização Mundial de Saúde). Segundo ele, o PSIND-MG é essencial nesse processo, podendo colaborar na criação de um pacto pelo trabalho, no fortalecimento das políticas públicas e dos movimentos sociais e na criação do que chama de "empregabilidade universal" para o psicólogo.

Roges enfatiza que o profissional tem que estar inserido dentro de um coletivo maior, envolvido em um pacto pela saúde. Aqui, o conceito de saúde deve ser entendido como globalizado, aplicando-se a todos os campos das políticas públicas, como educação, meio ambiente, trânsito, entre outros. "Nosso conceito de empregabilidade não leva em conta só o individual". Para ele, uma empregabilidade universal envolveria um ambiente de trabalho saudável, uma jornada justa, que permitam que o profissional estude e pesquise, e um fortalecimento do trabalho em equipe, onde todos os profissionais pudessem contribuir de maneira equânime e não discriminatória. De acordo com Roges, o psicólogo é um promotor de saúde, que deve oferecê-la não como mercadoria, mas como um investimento para quem precisa do profissional, esteja este no setor público, privado ou trabalhando como autônomo.

Na opinião de Roges, a Psicologia tem que apreender o social, ouvir as necessidades das comunidades e dos movimentos sociais e colaborar a par-



Logomarca do Sindicato dos Psicólogos de MG

tir desse desejo - "no espaço de encontro", explica. Porém, cabe aos psicólogos contribuir com a formação de uma entidade que possa ajudá-los nessa tarefa. "Somos capazes de construir, cotidianamente, uma partitura denominada valorização do trabalho do psicólogo, produzindo o ritmo, a melodia e a harmonia necessários, através de uma ação conjunta dos profissionais psicólogos, onde a empregabilidade dê o tom". Essa partitura só será possível, salienta Roges, se o Sindicato tiver como agir. E isso depende das contribuições: a sindical, aprovada na assembléia do PSIND-MG, que é compulsória e descontada em folha, no valor de um dia de trabalho, e a confederativa, deliberada FENAPSI (Federação Nacional dos Psicólogos), facultativa e no valor de R\$60,00, cobrada anualmente. "É preciso que cada psicólogo pague a sua contribuição, pois não podemos atuar sem recursos financeiros", completa.

A contribuição obrigatória só pode ser paga a um sindicato e independe do número de empregos que tenha o profissional. É por isso que Roges aconselha que ela seja paga ao PSIND-MG, para que ele possa viabilizar a luta pelo avanço e consolidação do exercício profissional e pela empregabilidade.

Para o ano de 2007, o PSIND-MG pretende acertar um piso salarial justo para a profissão, conseguir uma jornada máxima de trabalho de 30 horas semanais e marcar uma data de negociação coletiva para o acerto de salários.

Serviço: Contatos com o PSIND-MG: psindmg@globo.com, www.psindmg.org.br, (31) 3261-5776 ou (31) 32614909.

Mala Direta Postal

9912160584/2007-ECT-DR/MG
Conselho Regional de Psicologia
Minas Gerais - CRP/MG

///CORREIOS///



CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA MINAS GERAIS

Rua Timbiras, 1532, 6º andar Lourdes
Cep 30140-061 - Belo Horizonte/MG